

Inquietações, imprecisões e astúcias na produção e avaliação de desigualdades na governança da antropologia no Brasil

*Parry Scott*¹

Em agosto de 2015, se noticiou que Marilena Chauí declarou, numa aula magna na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que o currículo Lattes é um crime e um mecanismo da implantação da sociedade administrada que, no caso das universidades e no seu sistema de avaliação, transforma direitos em serviços prestados e avaliados pelo Estado, taxado por ela de neoliberal. Eu não estava lá, mas certamente, e em conformidade com as reportagens, ela foi fortemente ovacionada e entusiasmadamente aplaudida. E se tivesse se pronunciado da mesma forma sobre a plataforma Sucupira, nova menina dos olhos dos administradores disciplinadores das universidades, certamente teria gerado uma segunda rodada de ovações, com especial participação e comenda dos que se aventuram a exercer o direito de prestar o serviço de administrar (governar?) cursos no sistema brasileiro de pós-graduação.

Menos sujeito ao escárnio popular, mas igualmente “criminoso” na vida de quem labuta no ensino superior e, mais ainda, na pós-graduação, é o “documento da área”, orientado por estritas normas da Capes, mas com uma roupagem democrática de precisar ser elaborado pelos próprios integrantes de cada uma das 48 áreas disciplinares (ou interdisciplinares ou, ainda, multidisciplinares). Dessa forma, o autodisciplinamento imposto a cada área assegura que as próprias formulem noções de qualidade e de produtividade para ranquear todos os seus programas. Nesse processo, o que de fato se gera é uma infinidade de dúvidas e interpretações do que se deseja no ensino superior, boa parte das quais decorre de divergências sobre como interpretar as categorias herdadas da normatização que governa o sistema de pós-graduação através de avaliações, antes em triênios, agora em quadriênios. São essas as inquietações e impre-

1 PPGA/UFPE.

cisões discutidas neste trabalho, tomando como premissa que tais inquietações e imprecisões, por mais que sejam vividas como plenamente verdadeiras, também se inserem numa busca de práticas astuciosas não somente dos mais fracos, como as entenderia Michel de Certeau, mas também dos mais fortes, e assim se perpetuam as diferenças entre programas. Essas diferenças marcam as singularidades de cada área, mas também são alvo de disputas e negociações de compreensão que se relacionam com as estratégias de formação de, e resistência a, uma pluralidade estratégica (SCOTT, 2014) que age na geopolítica do campo da Antropologia e Arqueologia.

A imbricação Lattes – Sucupira – Documento da área (a sigla seria LSD?) é tratada como um sistema disciplinador que gera conceitos que, instantaneamente, na sua vã finalidade de serem exatos, geram imprecisões e inquietações cujas propostas de resolução se associam à perpetuação de diferenças que servem para marcar a desigualdade entre os programas em termos de qualidade, produtividade e, ainda mais, concepção, organização e inserção social. Em outras palavras, a busca do “exato” assegura a imprecisão e a inquietação, elementos cuja resolução é mais política que técnica. Ninguém pode negar que nos fazem pensar sobre muitos temas, mas todo cuidado é pouco. Quando a astúcia é muito bem elaborada, ela escapa do discernimento de quem gostaria de entendê-la; então, por prevenção, neste trabalho, ficarei mais no terreno seguro de expor as inquietações e as imprecisões, em vez de oferecer sugestões e interpretações explícitas sobre as astúcias. Ao mesmo tempo, me aventuro a sugerir, ou mesmo especular sobre, as direções diferentes às quais interpretações dos conceitos podem levar.

Essas considerações são um alerta ou sinal de permanente atenção para seguirmos dois nortes de esferas muito diferentes entre si: uma proveniente do título instigante de um artigo de um colega antropólogo, Luis Eduardo Soares, que é “Luz baixa sob neblina” (1994), e outra dos setores acadêmico-disciplinares integrados internacionalmente na reflexão sobre processos de avaliação de cursos, sintetizada no Manifesto de Leiden (HICKS et. al., 2015), ao qual voltaremos no final. Em ambos os casos, as imprecisões e inquietações são exatamente elementos que geram prudência e adesão a procedimentos capazes de evitar falsas certezas e buscar contra-

balanças que possam contribuir para um processo de avaliação que almeja justiça e respeito às muitas especificidades e diferenças que permeiam não somente diferentes disciplinas acadêmicas, mas também uma área disciplinar pretensamente única que abarca Antropologia e Arqueologia. As reflexões são fruto de mais de três décadas de participação em várias etapas de processos de registro e avaliação de produção acadêmica que culminaram na minha indicação, pela comunidade de antropólogos e arqueólogos, ratificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), para assumir a responsabilidade de conduzir uma avaliação sensível sobre a necessidade de mediar as demandas de ambas as comunidades: a da área e a do órgão disciplinador.

Organizo a exposição como se fosse um documento disciplinador com itens IIA1 a IIA9 (novas siglas com as letras I, I, e A significando “inquietações”, “imprecisões” e “astúcias”). Não garanto ter acertado em todos os detalhes de definição disponíveis na miríade de espaços esclarecedores e, por vezes, contraditórios fornecidos no sistema LSD, mas, respeitando o lema que faz o mundo girar, é muito importante que “o trabalho não acabe”. Então, haverá um momento em que pararei de escrever, por enquanto, mas que não será o término de minha reflexão sobre o assunto, na busca de uma avaliação consciente das suas limitações e da capacidade de lidar com os desafios à lisura do processo.

IIA1 – PERMANENTE/COLABORADOR

O que é um professor permanente e um professor colaborador?

Capes normatiza que nenhum programa com mais de 30% de colaboradores deve ser entendido como coerente. Há programas que não têm nenhum e programas que estão no limite máximo. Também, como docentes individuais, aprendemos que podemos ser permanentes em dois programas e, excepcionalmente, ainda mais se trabalharmos no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste, trabalhando em três programas! Quando se mede a produção total do programa (16% da avaliação segundo o documento da área), conta plenamente o que o colaborador produziu, adicionado à produção dos perma-

centes. Mas na hora de pesar a produção *qualificada* (14% da avaliação), só vale a produção dos permanentes. Devemos tirar disso a conclusão... de qualquer jeito ajuda? Diante da grande variação que existe entre os colaboradores, poderíamos aglutiná-los em quatro grandes categorias de acordo com a sua associação com o programa:

1. o recém-ingresso [com promessa de ampliação de atividade e ingresso como permanente em futuro próximo];
2. o retirante [com histórico de amplas atividades, em processo de diminuição, mas que é referência para o programa];
3. o aliado pleno [com muitas atividades e muitos lugares que impedem que assuma mais plenamente, mas com trabalho relevante e disposição para fortalecer alguma parte do programa];
4. o temporariamente afastado [normalmente para qualificação ou um trabalho ou posto temporário, ambos por um tempo maior quando se espera uma diminuição de publicação e orientação durante o afastamento].

Antes de acionar a capacidade de um colaborador de orientar um trabalho, o programa precisa calcular médias de atividades de orientação de teses e dissertações completadas para assegurar que o colaborador não prejudique essa média, pois no item de produção discente, a orientação “por permanente” (excluindo “por colaborador”) vale 10,5% da avaliação no documento da área.

Também paira a dúvida se haverá alguma incoerência em um colaborador que não reside próximo ao lugar de funcionamento do programa.

Tudo isso gera uma inquietação sobre o que se quer de um professor permanente e de um professor colaborador. Será que a presença de muitos colaboradores cria uma noção de mais articulação com pessoas e campos de conhecimento e ação importantes para o programa? Ou de um bom planejamento para o futuro através de futuras inclusões e exclusões? Ou, diferentemente, mostra alguma insegurança de parte dos permanentes?

IIA2 – A COAUTORIA

Qual o valor de ter coautoria na escrita de algum trabalho?

Alguns antropólogos e muitos arqueólogos trabalham e publicam em equipe. Nossa área não é tão afeita a publicações em equipe quanto os engenheiros e profissionais de saúde, mas os disciplinadores de produções têm à sua disposição o eufemisticamente denominado Digital Object Identifier (DOI), que responde a uma vontade expressa da direção anterior da área de avaliação da CAPES de usar o número de trabalhos em vez de que o número de autorias de trabalhos para poder saber qual é a produção de cada programa. Isso anula coautoria do mesmo programa e do mesmo nível (interno aos níveis docente ou discente). Mas quando o trabalho não tem DOI, os mecanismos que permitem perceber que se trata do mesmo trabalho não são tão confiáveis, pois uma diferença na digitação do título poderia fazê-lo parecer outro trabalho. Uma equipe de 10 professores numa única publicação, se for contar por autor, publica 10 vezes mais do que contaria se a contagem for por “publicação”. Então, no caso de adotar “por publicação” e não “por autor”, cada professor está induzido a colaborar com 1) colegas de outros programas e 2) com discentes do seu programa. Se colaborar com um colega do próprio programa, somente valerá o total uma vez, pelo menos segundo o nosso documento de área.

Felizmente (talvez), essa desvalorização de coautoria, sugerida pela “governança” de avaliação, ainda está sob o controle de cada área e as imprecisões técnicas das publicações na nossa área fazem com que seja mais frequente não dispor de um meio técnico eficiente para captar “coautorias” de dois ou mais docentes do mesmo programa. Então, um artigo ou capítulo de coautoria são duas produções! Não há consenso sobre como agir diante de tal situação. Se, como área, passamos décadas pronunciando frases como “saúde é mais produtiva que a gente porque cada trabalho costuma ter quatro ou cinco autores”, como se deve “regulamentar” essa questão em antropologia e arqueologia?

A promoção da colaboração no empenho de produzir conhecimento é uma meta real que pode estimular pessoas próximas que fazem parte do mesmo programa a colaborarem? Ou é uma adesão a

um discurso que tende a ser anulado pela forma como podemos vir a avaliar o nosso trabalho, somente valorizando trabalho de colaboração com quem está distante de nosso programa, ou inserido como discente em vez de docente?

IIA3 – ENDOGENIA-EXOGENIA

Quando vale ser endógeno e quando vale ser exógeno?

Pelo IIA2, percebe-se que o estímulo explicitado favorece exogenia, mas a prática de fato não capta bem nem penaliza a endogenia. Mesmo assim, quando se diz que as publicações de algum programa são muito endógenas, costuma ser em tom de crítica por ser uma ação excludente, e não como reconhecimento de uma solidariedade produtiva de uma equipe que dialoga entre si e produz conhecimento. É evidente que o antropólogo seguirá, pelo menos dissimuladamente, uma regra que sugere a ampliação das nossas esferas de trocas e de reciprocidade, pois sempre nos encontramos pregando a importância de obedecer a regras que possam redundar em não se fechar em si mesmo. Mas, às vezes, se fechar é se fortalecer, como bem reconhecem as famílias da nobreza europeia e diversos outros grupos que pretendem intensificar a sua solidariedade e controle de recursos e reconhecimento de exclusividade e qualidade. Ser hegemônico é se estender muito sem perder de vista nem dispersar significativamente do ponto que centraliza o poder. Então, para resumir a regra que exige astúcia: é preciso ser endógeno parecendo ser exógeno.

O documento da área 35 (Antropologia e Arqueologia) somente conta a pontuação de trabalhos em coletâneas de até quatro capítulos escritos por pessoas do mesmo programa ou dois do mesmo autor, e os periódicos têm uma gradação que favorece a progressiva diminuição de autorias de docentes da própria instituição responsável por eles. Assim, periódicos dos estratos superiores da avaliação de periódicos da Capes precisam não ultrapassar 25% de autorias da mesma instituição; em estratos medianos, essa porcentagem sobe para 40% a 55% nos estratos B1 e B2 respectivamente, e continua subindo, até que no estrato mais inferior (B5) nem faz refe-

rência a uma porcentagem máxima de autoria interna. Esse número “máximo” é um número que deve ser quase, quase, alcançado para assegurar o benefício maior de integrantes do programa publicarem num periódico bem qualificado. Também existe a possibilidade de uma “troca restrita” realizada não tão informalmente entre programas possuidores de periódicos qualificados, de participação nos periódicos e dossiês dos outros, também bem qualificados.

Em outra publicação, anotei outra prática que pode ampliar em muito o bom reconhecimento de colegas do mesmo programa que organiza um periódico de estrato elevado. Isto é: “registrar prefácios, introduções, traduções e resenhas como artigos originais em revistas bem avaliadas cujos corpos editoriais fazem parte da rede dos autores de programas também bem-conceituados (prática menos disponível para antropólogos nas periferias internas)” (SCOTT, 2014, p. 149). Se colar, colou!

Observo, então, que a exogenia é elogiada e que o sistema LSD termina sendo alucinantemente contraditório, pois o D – documento da área procura compensações pelos excessos de endogenia, mas a captação de informações individualizadas no L e S (Lattes e Sucupira) oferece uma individualização de produção atribuível à produção que promove a valorização da endogenia, mais claramente reconhecível nos programas mais bem avaliados, mas também fortemente presente na busca de novos veículos – coletâneas e periódicos – nos programas não tão bem avaliados, que abrem espaços onde se pode publicar e buscam, progressivamente, se fechar com a passagem de tempo.

IIA4 – PRODUÇÃO TÉCNICA & IIA5 – INSERÇÃO SOCIAL

A área 35 lutou para incluir a produção audiovisual como produção qualificada na área, mas agoniza na complexidade das categorias do currículo Lattes para saber onde inserir (e os avaliadores, para saber de onde tirar) as informações que evidenciam essa produção (que, rigorosamente, não é mais simplesmente produção técnica nem inserção social, embora contribua para todos os dois). Uma comissão específica, em paralelo, age de forma semelhante à comissão de avaliação de livros no sentido de conjugar elementos quantitativos

(minoritários) e qualitativos (majoritários) num momento à parte para perceber essa contribuição. Diante do índice tão complexo de categorias de produção do curriculum Latte, o registro de todas as outras coisas que se faz gera inquietações e imprecisões que resultam nas outras atividades (20% do total), que valem ser compreendidas tanto como produção técnica (sem muita diferenciação entre os diferentes tipos de produção – 10%) quanto como indícios de “inserção social” (parte dos outros 10%). Esses são os lugares profissionais que não são rotulados com abreviaturas normatizantes, como ISSN e ISBN!

Uma área com tanto orgulho de seu protagonismo diante das populações, sobretudo as muitas populações excluídas e/ou discriminadas, reconhece, mas relega a visibilização desse trabalho a um papel secundário na hora de avaliar os seus cursos. Nós nos parabenizamos muito quando a nossa produção é rigorosamente redigida numa narrativa capaz de nos permitir uma boa comunicação com essas populações, ou em espaços institucionais onde a nossa atuação profissional pode contribuir para a agência dessas próprias populações no alcance de objetivos dos seus interesses. Isso não se traduz em maior precisão na medição da qualidade, e se assim se traduzisse, o seu registro seria foco de um debate muito mais intenso para definir quanto vale cada tipo de ação, o que, certamente, tiraria a riqueza heterogênea de muitas das conquistas políticas acumuladas ao longo de anos de atuação através de indivíduos, programas, associações e inserções na esfera pública. Aqui, talvez, a imprecisão e a multiplicidade de formas de agir estejam conseguindo contribuir para preservar uma agenda de ação que está embutida no ser antropológico. Mas resta a indagação, porque não sabemos valorizar mais isso? Talvez uma pergunta infeliz, pois a resposta da necessidade de sistematizá-lo poderia resultar no seu próprio enfraquecimento ou deturpação enquanto prática profissional “reconhecida”.

IIA6 – PROFISSIONAL-ACADÊMICO

O que é um mestrado profissional e o que é um mestrado acadêmico, e porque só temos este e não aquele na nossa área? Como é que convivemos com um discurso de uma abertura do mercado de trabalho

e dos campos de atuação de antropólogos e arqueólogos que passa por laudos periciais, documentos de impacto ambiental, projetos de salvamento, reconhecimento de patrimônios culturais e patrimônios tangíveis e intangíveis, e continuarmos sendo a única área disciplinar na Capes que não tem nenhum mestrado profissional? O que tivemos, sobre patrimônio, fechou há alguns anos depois de uma curta existência. Estamos formando profissionais nos nossos cursos acadêmicos que estão ocupando espaços na esfera pública e na esfera privada que vão bem além de sermos responsáveis pelo histórico SPI e atual Funai. Criticamos os limites dos profissionais que atuam, sem formação específica, como antropólogos em diversas instituições e, talvez ainda mais ferrenhamente, os antropólogos com formação acadêmica que se inserem numa produção de contralaudos (se assim os podemos chamar) que revelam um desdém pelo histórico posicionamento em defesa de populações excluídas e discriminadas (para repetir os rótulos imprecisos já usados anteriormente neste trabalho). Colaboramos intensamente com institutos, associações, fundações e organizações não governamentais que aderem às causas com as quais costumamos nos identificar. Ainda nos inserimos em cursos de formação das mais variadas qualidades para tratar assuntos de populações tradicionais, de minorias sexuais, de movimentos feministas e de tantas outras causas, buscando apoio das mais variadas fontes. Então, por que não organizamos cursos profissionalizantes que, como regem as regras da Capes, são tão exigentes academicamente quanto os mestrados acadêmicos e que não são pontuais, de demandas passageiras, mas sim duradouras e que se autossustentam, sendo que os produtos que comprovam o aprendizado são mais técnicos e menos acadêmicos? Desconfio que exista certa reserva de mercado pelos antropólogos acadêmicos que usam mais de um chapéu, mas que isso não seja suficiente para compreender nossa reticência. Há outro processo, talvez mais nocivo, que se identifica na constituição de mestrados profissionais – a enorme quantidade de propostas que são assinadas por universidades particulares que, potencialmente, visam obter retornos das matrículas dos seus alunos como objetivo maior do que assegurar produção de qualidade nos diversos cenários de produção do sistema de pós-graduação. Muitas propostas são admiravelmente bem elaboradas

e comunicam uma marcada seriedade de propósitos. Mas, mesmo assim, deixam uma desconfiança sobre como esse tipo de demanda – isto é, uma universidade mais sensível às demandas da sociedade – pode se limitar às demandas em termos mensuráveis pelos instrumentos da microeconomia e não pelos benefícios que propiciam às diversas populações.

IIA7 – INTERIORIZAÇÃO, CRESCIMENTO E HEGEMONIA

Quais os efeitos de interiorização e crescimento? Promovem-se diversidade e particularidade ou a hegemonia concentradora? Estão proliferando os cursos de graduação, e a nossa antropologia e arqueologia de pós-graduação também está crescendo, sobretudo no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte. Os *campi* no interior estão trazendo educação para locais onde antes havia poucas chances de acesso. As licenciaturas de educação intercultural estão capacitando pessoas de numerosos povos. Não há dúvidas de que o crescimento da oferta ampliou oportunidades em muitos lugares. O outro lado dessa expansão é uma decorrência da própria diferenciação da capacidade de expansão dos centros acadêmicos que mais formam gente no nível de pós-graduação. Voltando ao mesmo texto que citei anteriormente, agora com atenção a esse aspecto de interiorização, é possível perceber que a interiorização e o crescimento fazem parte de uma estratégia de pluralidade estratégica que também possa ampliar a hegemonia desses mesmo centros. No referido texto, mencionei a prática de “buscar espaços para uma expansão de cursos de antropologia em locais novos para onde vão egressos dos seus cursos para formar novos centros de estudos mais fortemente ligados a instituições centrais de que a tradições locais” (SCOTT, 2014, p. 150). Ou seja, a expansão que resulta numa pluralidade pode também se tornar uma ampliação de hegemonias preexistentes, na qual a tradição antropológica centralizada possa se difundir, praticando o inverso, homogeneizando a riqueza da diversidade proveniente de histórias locais.

IIA8 – INTERNACIONALIZAÇÃO

Circula um tenso consenso no mundo acadêmico e no mundo de organizações burocráticas de que “quanto mais internacional melhor”. Tanto que, após destacar, na parte narrativa, tudo que cheira a internacionalização, o gestor das informações de cada curso sabe que fez o que podia para defender a ascensão do seu programa para estratos mais altos da avaliação. No documento da área, é um dos elementos-chave para diferenciar os cursos muito bons dos que são melhores ainda. Mas relutamos reportar a “fatores de impacto” e indexações realizadas por sistematizadores internacionais de números de citações e indicadores diversos de impacto por acharmos que não refletem os nossos anseios de publicação. A nossa internacionalização não seria tão regida por fatores que sofrem terrivelmente do fato de escrevermos muito numa língua que não reúne um grande número de leitores internacionais. Então, é preciso contar publicações, programas, alianças, estágios, eventos, convênios, visitantes, a nacionalidade de autores publicados em trabalhos produzidos pelo programa e outros itens congêneres e caracterizar a internacionalização de cada um. É um processo que não reporta rigidamente a nenhuma quantificação, mas é o que diferencia entre os melhores, pois o elemento de internacionalização é um pressuposto não mensurado explicitamente (mesmo que, indiretamente, os “qualis” de publicações possam ser sensíveis a essa questão) para os programas até que cheguem a ser “muito bons” em todos os outros itens.

Quando seu vizinho geopolítico é outro país, atravessar a fronteira o torna “internacional”; quando é outro estado da nação, se torna local ou, no máximo, regional. Ter estrangeiros no seu corpo docente permanente não parece ser um fator dos mais importantes para se considerar internacionalizado, pois não há propostas de usar isso como indicação de internacionalização. Ter docentes que passaram tempo e até se titularam no estrangeiro é mais facilmente incorporado na compreensão de uma diversidade internacionalizada de formações. O segundo pode compensar parcialmente o primeiro, mas parece estar deixando alguma coisa de fora.

A importância do *open access* no Brasil é um esforço de promover intercomunicação entre o nacional e o internacional a baixo custo, o que nem sempre é a lógica que impera entre casas publi-

adoras no estrangeiro, que sabem usar formas que permitem que as empresas lucrem com a permissão de acesso aos seus conteúdos. O portal da Capes vai longe para diminuir essa barreira ao acesso internacional, mas não o consegue em todos os casos, o que faz com que a suposta “transparência” e “disponibilidade” de periódicos estrangeiros não se encaixe muito bem nos critérios de julgamento de qualidade dos periódicos. Por ser publicado no estrangeiro, um periódico ou livro, de antemão, não tem mais ou menos qualidade, pois há de se julgar as práticas e os conteúdos de tais publicações para poder apreciar se a internacionalização é um passo para frente ou para trás na qualidade do trabalho. Por exemplo, também internacionalmente, há crescentemente uma plethora de periódicos, *on-line* e impressos, que cobram para publicar, que não realizam sérias avaliações de qualidade por pares, que fabricam fatores de impacto de questionável aplicação e cujas *home pages* são absolutamente convincentes quando não examinadas com muito cuidado. Conhecidos coloquialmente como “periódicos predadores” e denunciados por especialistas em biblioteconomia como praticantes antiéticos de publicações não dignas de consideração séria em cada área, qualquer avaliação de internacionalização tem de saber expurgá-los das suas listas de periódicos bem qualificados. Mas quando a área usa livros e capítulos de livros, tais informações são mais precárias e requerem um trabalho intensivo de avaliação detalhada, produto por produto.

Desde a constituição do World Council of Anthropological Associations como iniciativa articulada pela Associação Brasileira de Antropologia há uma dúzia de anos, a nossa antropologia é reconhecidamente internacionalizada. O campo mundial da área é surpreendentemente grande, mas a quantidade de centros com produção historicamente reconhecida como “de qualidade”, fator que gera muita concordância, mas também uma boa quantidade de discordância, deixa muita margem para debate.

Poderia falar da crise do Estado e da Capes, pois são assuntos que também entendo como geradores de inquietações, de imprecisões e de muitas astúcias, mas prefiro deixar de escrever aqui com o que chamarei, burocraticamente, de “ponto”.

IIA9 – POLÍTICA DE INFORMAÇÕES

Dado que estamos num ponto de inflexão histórica, quando estamos trocando de espaços cadastrais que precisam ser cada vez mais aperfeiçoados por terem gerado enormes inquietações e imprecisões, vivemos um clima de abre e fecha da plataforma Sucupira na busca da sua maior, e muito trabalhosa, eficácia e relativa simplicidade. Também vivemos a continuação do aperfeiçoamento das categorias de coleta da plataforma Lattes e suas novas formas de apresentação e visualização. E, como exige o sistema, estamos sempre revendo os instrumentos incluídos nos nossos autodisciplinados documentos da área para respeitar as nossas especificidades na medida em que estas reverberam sobre o processo de avaliação.

No meio do ano de 2015, a troca na direção do Departamento de Avaliação da Capes freou um processo de exacerbada busca de universalização de indicadores comuns, mesmo colocado num linguajar de respeito às diferentes áreas e suas práticas como uma “marca” da instituição. Um dos maiores entraves estava sendo a definição do processo de avaliar os livros e capítulos de livros, o que continua inquietando a todos. A troca trouxe novas discussões num ambiente de cautela e respeito a diferenças que em muito se sintoniza com este trabalho, que, ao chamar atenção para imprecisões, inquietações e astúcias, não abdica da responsabilidade de, andando “sob neblina”, realizar uma avaliação tão precisa quanto possível e também das mais transparentes (e ainda inquietantes!) possíveis. É a discussão e adesão da Diretoria de Avaliação aos princípios do manifesto de Leiden que serão elencados aqui e que devem nortear uma prática que nunca deixará de estar repleta de imprecisões, inquietações e astúcias, mas que se faz num ambiente de reflexão, cuidado e de melhor qualidade possível. A discussão fica com os antropólogos e arqueólogos!

Os 10 princípios do manifesto de Leiden

1. A avaliação quantitativa deve dar suporte à avaliação qualitativa especializada.
2. Medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do pesquisador.
3. Proteger a excelência da pesquisa localmente relevante.

4. Manter a coleta de dados e os processos analíticos abertos, transparentes e simples.
5. Permitir que os avaliados verifiquem os dados e as análises.
6. Considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação.
7. Basear a avaliação de pesquisadores individuais no juízo qualitativo da sua carreira.
8. Evitar solidez mal colocada e falsa precisão.
9. Reconhecer os efeitos sistêmicos da avaliação e dos indicadores.
10. Examinar e atualizar os indicadores regularmente.

Referências

HICKS, Diana; WOUTERS, Paul; WALTMAN, Ludo; RIJKE, Sarah de; RAFOLS, Ismael. The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, v. 520, p. 429-431, 2015. Disponível em: <http://www.nature.com/news/bibliometrics-the-leiden-manifesto-for-research-metrics-1.17351>.

SCOTT, Parry. Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais. In: _____.; CAMPOS, Roberto Bivar C.; PEREIRA, Fabiana (Orgs.). *Os rumos da antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: UFPE: ABA, 2014. p. 127-158.

SOARES, Luiz Eduardo. Luz baixa sob neblina: relativismo, interpretação, antropologia. In: _____. *O rigor da indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.